



Boa Vista-RR, 09 de Janeiro de 2019. Edição 2907 | Páginas: 10

8ª LEGISLATURA | 57º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA JALSER RENIER PADILHA PRESIDENTE

JÂNIO XINGÚ 1ª VICE-PRESIDENTE JEFERSON ALVES 2° VICE-PRESIDENTE **ODILON FILHO** 3° VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART 1º SECRETÁRIO MARCELO CABRAL 2º SECRETÁRIO CATARINA GUERRA 3º SECRETÁRIA LENIR RODRIGUES 4° SECRETÁRIA

RENATO SILVACORREGEDOR GERAL

DEMAIS DEPUTADOS ESTADUAIS

CEL GERSON CHAGAS NOME PARLAMENTAR: CEL. CHAGAS	PRTB	JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES NOME PARLAMENTAR: JORGE EVERTON	MDB
DHIEGO COELHO FOGAÇA NOME PARLAMENTAR: DHIEGO COELHO	PTC	JOSÉ HAMILTON GOMES LOUREIRO NETO NOME PARLAMENTAR: NETO LOUREIRO	РМВ
EDER BARCELOS BRANDÃO NOME PARLAMENTAR: EDER LOURINHO	PTC	JOSÉ NILTON PEREIRA DA SILVA NOME PARLAMENTAR: NILTON DO SINDPOL	PATRIOTA
EVANGELISTA SOARES SIQUEIRA NOME PARLAMENTAR: EVANGELISTA SIQUEIRA	PT	MARIA BETÂNIA ALMEIDA MEDEIROS	
FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA NOME PARLAMENTAR: AURELINA MEDEIROS	PODE	NOME PARLAMENTAR: BETÂNIA MEDEIROS	PV
FRANCISCO DOS SANTOS SAMPAIO NOME PARLAMENTAR: SD SAMPAIO	PCdoB	RENAN BEKEL DE MELO PACHECO NOME PARLAMENTAR: RENAN FILHO	PRB
FRANCISCO JOSÉ BRITO BEZERRA NOME PARLAMENTAR: BRITO BEZERRA	PP	TAYLA RIBEIRO PERES SILVA NOME PARLAMENTAR: TAYLA PERES	PRTB
GABRIEL FIGUEIRA PESSOA PICANÇO NOME PARLAMENTAR: GABRIEL PICANÇO	PRB	YONNY PEDROSO DA SILVA NOME PARLAMENTAR: IONE PEDROSO	SD
		ı	



02

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Ata da 2725° Sessão - Íntegra

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resoluções n° 0015 a 0017/2019 10

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: http://www.al.rr.leg.br

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

THIAGO DE SOUZA PADILHA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2725° SESSÃO, EM 4 DE DEZEMBRO DE 2018 56° PERÍODO LEGISLATIVO DA 7° LEGISLATURA = ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às nove horas e vinte e oito do dia quatro de dezembro de dois mil e dezoito, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septingentésima vigésima quinta Sessão Ordinária do quinquagésimo sexto Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Convido o Senhor Deputado George Melo para atuar como Primeiro-Secretário *ad hoc.*

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a verificação de quórum.

- O Senhor Primeiro-Secretário **George Melo** Senhor Presidente, há quórum regimental.
- O Senhor Presidente **Jalser Renier** Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata, bem como dos Termos de não Realização das Sessões anteriores.

- O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** (Lidas as Atas, bem como os Termos de Não-Realização das Sessões anteriores).
- O Senhor Presidente **Jalser Renier** Em discussão as matérias. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-las, coloco-as em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata, bem como os Termos de não Realização das Sessões anteriores.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **George Melo** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO: Mensagem Governamental nº 075, de 21/11/18, encaminhando para apreciação a Proposta de Emenda Constitucional nº 07/18, que "dá nova redação ao artigo 154 da Constituição do Estado de Roraima"; Mensagem Governamental nº 076, de 26/11/18, submetendo à apreciação e à arguição desta Augusta Casa o nome do Senhor Diogo Novaes Fortes, indicado para exercer o cargo de Procurador-Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima; Mensagem Governamental nº 077, de 27/11/18, encaminhando para apreciação o Projeto de Lei Complementar nº 011/18, que "altera e suprime dispositivos da Lei Complementar nº 250, de 19/12/16, que dispõe sobre a criação do Fundo de Reaparelhamento e Aperfeiçoamento da Polícia Militar de Roraima - FREA/PM e a taxa em razão do poder de Polícia, e dá outras providências"; Mensagem Governamental nº 079, de 03/12/18, encaminhando para apreciação o Projeto de Lei Complementar nº 013/18, que "dispõe sobre o parcelamento especial de débitos do Estado de Roraima com o Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER e cria o Programa de Amparo ao Segurado Ativo em Situação de Risco Alimentar do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, e dá outras providências". RECEBIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Oficio nº 383, de 30/11018, da Procuradoria-Geral de Justiça, encaminhando Recomendação Notificatória nº 010/2018. RECEBIDO DO TRIBUNAL **DE JUSTIÇA:** Oficio nº 3961, de 30/11/18, da Desembargadora Elaine Bianchi - Presidente, encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 012/2018, que dispõe sobre a forma de fixação dos subsídios mensais dos Membros do Poder Judiciário do Estado de Roraima, de primeiro e segundo graus, ativos, inativos e pensionistas. RECEBIDO DOS DEPUTADOS: Indicação nº 358, de 29/11/18, de autoria do Deputado Zé Reinaldo, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma e adequações do posto policial da Vila do Equador, no município de Rorainópolis; Proposta de Moção de Pesar nº 024, de 28/11/18, de autoria do Deputado Jalser Renier, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, pelo falecimento de Antônio Carlos de Lima Prado Júnior, em 26 de novembro do corrente ano, nesta capital; Requerimento nº 107, de 27/11/18, de autoria do Deputado Jorge Everton - Presidente da Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário, requerendo a reconstituição do Projeto de Lei nº 069/17, extraviado, com apenso do requerimento nº 087/2017, de autoria do Deputado Coronel Chagas, para sua regular tramitação; Memorando nº 055, de 21/11/18, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 30 e 31 de outubro e 1°, 6 e 7 de novembro do corrente ano; Memorando nº 192, de 27/11/18, de autoria do Deputado Chico Mozart, comunicando



sua ausência às sessões plenárias no período de 27 a 29 de novembro do corrente ano; Memorando nº 055, de 27/11/18, de autoria do Deputado Izaías Maia, informando sua ausência na sessão plenária do dia 27 de novembro do corrente ano; Memorando nº 047, de 28/11/18, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 28 de novembro do corrente ano; Memorando nº 184, de 28/11/18, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, informando sua ausência na sessão plenária do dia 28 de novembro do corrente ano; Memorando nº 056, de 29/11/18, de autoria do Deputado Izaías Maia, informando sua ausência na sessão plenária do dia 29 de novembro do corrente ano; Memorando nº 080, de 29/11/18, de autoria da Deputada Angela Águida Portella, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 21, 22, 27 e 28 de novembro do corrente ano; Memorando nº 009, de 03/12/18, de autoria do Deputado Dhiego Coelho Fogaça, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 21 e 22 de novembro do corrente ano; Memorando nº 010, de 03/12/18, de autoria do Deputado Dhiego Coelho Fogaça, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 27 e 28 de novembro do corrente ano; Memorando nº 011, de 03/12/18, de autoria do Deputado Dhiego Coelho Fogaça, comunicando sua ausência nas sessões plenárias no período de 4 a 6 de dezembro do corrente ano; Memorando nº 048, de 03/12/18, de autoria do Deputado Jorge Everton, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 28 e 29 de novembro do corrente ano.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

- O Senhor Presidente **Jalser Renier** Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.
- O Senhor Primeiro-Secretário **George Melo** Senhor Presidente, não há nenhum orador inscrito para o Grande Expediente.
- O Senhor Presidente Jalser Renier Não havendo orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia, com a discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Mensagem Governamental nº 071/18, de veto total ao projeto de Lei Complementar nº 002/18, que "altera dispositivos da Lei Complementar nº 136, de 17 de junho de 2018, e da Lei Complementar nº 052, de 28 de dezembro de 2001; Mensagem Governamental nº 072/18, de veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 008/18, que "autoriza o Poder Executivo a dispor sobre tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às de pequeno porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006"; Projeto de Lei nº 035/17, com apenso ao Projeto de Lei nº 166/17, que "institui o Dia do Agricultor Familiar e a Semana Estadual da Agricultura Familiar no Estado de Roraima e dá outras providências", de autoria do Deputado Brito Bezerra; Projeto de Lei nº 092/17, que "dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de fornecer gratuitamente Equipamento de Proteção Individual - EPI para agricultor familiar ou trabalhador rural que esteja constantemente exposto a produtos perigosos", de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 140/17, que "dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos e vestibulares nas instituições de ensino no âmbito do Estado de Roraima e dá outras providências", de autoria do Deputado Izaías Maia; Substitutivo ao Projeto de Lei nº 017/18, que "dispõe sobre a reposição florestal no Estado de Roraima e dá outras providências", de autoria dos Deputados Jânio Xingú e Brito Bezerra; Projeto de Lei nº 035/18, que "dispõe sobre a exploração comercial de madeiras submersas em águas represadas no território estadual e dá outras providências", de autoria do Deputado Coronel Chagas; Proposta de Moção de Pesar nº 024/18 aos familiares do Senhor Antônio Carlos de Lima Prado Júnior, pelo falecimento, ocorrido no dia 26 de novembro de 2018, nesta cidade de Boa Vista; Proposta de Moção de Pesar nº 020/18, aos familiares da Senhora Zilda Maria Cruzeiro, esposa do Conselheiro Marcus Rafael de Holanda Farias, pelo falecimento ocorrido na madrugada do dia 05 de novembro de 2018, nesta capital, e Requerimento nº 109/18, requerendo a transformação da Sessão Plenária do dia 04 de dezembro do corrente ano, às 10h, em Audiência Pública, momento em que esta Casa Legislativa estará ouvindo a respeito do Projeto de Lei Complementar nº 013/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura de Requerimento nº 109/18.

- O Senhor Primeiro-Secretário **George Melo** (Lido o Requerimento).
- O Senhor Presidente **Jalser Renier** Em discussão o Requerimento, não havendo nenhum deputado que queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será simbólica: os senhores deputados que concordam com o Requerimento, permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento nº 109/18.

Por um dever de democracia e entendimento comum, nós precisamos ouvir todas as partes, independentemente que estejam a favor ou contra a intenção de se apresentar um projeto. Eu devo dizer aos Senhores

que vamos fazer agora uma Audiência Pública aqui nesta Casa, e convido todos os Presidentes de Sindicatos que estiverem nas galerias, para que tomem assento à Mesa. E em ato continuo, nós vamos iniciar uma discussão, para que os senhores possam instruir esse parlamento do que deve ser feito, se deve ser imediatamente levada em consideração a aprovação da lei ou não. Quem vai dizer isso são os senhores. A Assembleia simplesmente vai fazer o que os senhores acharem por conveniente fazer. Nós não queremos aqui nenhuma matéria que não seja consensualidade entre todas as pessoas que estão representando os sindicatos. Entendo que essa é a melhor maneira de buscarmos um incentivo à democracia para que os Senhores Deputados possam ter tranquilidade na hora de apresentar seu voto diante de algo que está sendo instalado em Roraima, que é uma crise financeira, jamais vista na história do Estado. Por essa razão, eu quero, neste momento, comunicar a todas as pessoas que neste ato, a Assembleia anuncia a Audiência Pública que tem por finalidade discutir o projeto de lei, enviado pelo Chefe do Executivo, que trata de recursos apresentados através do IPERR para pagamento da folha dos servidores efetivados. Vamos convidar o Senhor Jorge Henrique Teixeira, Presidente do SINDIFER; Senhora Joana Dark Soares Moura, Presidente do SINDAPE; Senhor Francisco, representante do SINTRAIMA; Senhor Luiz Cláudio, Sindicato do Poder Judiciário; Senhora Késsia Mendonça, APBM; o Senhor Verlan e Senhor Zé Roberto, da FENAFISCO; Senhor Genival, SINTIFISCO. Gostaria de saber se tem representante de Sindicato que não foi chamado... os representantes que não chamei, Senhor Flávio do SINTER.

Senhores, por favor, estamos fazendo aqui exatamente o que tem que ser feito, estimulando a democracia e apresentando aos senhores as alternativas diante de A ou B. Gostaria de pedir aos Presidentes dos Sindicatos que estão aqui, para me ajudarem. Não vai ser votado nada aqui se não tiver o apoio da maioria. Preciso que os senhores entendam que precisamos da atenção e respeito de todos para que possamos conduzir, da melhor maneira possível, esta Audiência, que tem por finalidade ouvir todas as classes que estão aqui nesta Mesa. Senhores, por favor, peço um minuto de atenção.

Peço, neste momento, que demonstremos respeito. Por favor, silêncio! Vamos acompanhar, vamos fazer a democracia. Se foi transformada em Audiência Pública, que seja. Vamos ouvir e sermos ouvidos. Por favor, vamos sentar e aguardar.

Neste ato, vamos suspender a Sessão para darmos início a Audiência Pública que tem por finalidade discutir o projeto que não está pautado, mas é um projeto que chegou ontem a esta Casa, que trata exclusivamente dos recursos do Instituto de Previdência do Estado, que serão destinados ao pagamento de servidores efetivados.

Solicito que a equipe técnica desta Casa faça chegar à Presidência o Projeto de Lei apresentado pelo Executivo.

Convidamos o Chefe da Casa Civil do Estado para tomar assento à Mesa dos Trabalhos.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do projeto para que todos que estão aqui tomem conhecimento e, em seguida, vamos discuti-lo.

Gostaria de pedir aos senhores que tenhamos respeito com os colegas. Se nós não tivermos o equilíbrio de entender e ouvir, não vamos ter condições de poder discutir nenhuma matéria. Poderíamos ter optado por fazer uma audiência somente com os Presidentes de Sindicatos na Sala *Vip*, mas preferimos democratizar a situação, com apoio de todos os Senhores Deputados, para que pudéssemos levar ao conhecimento de todos a oportunidade de todos discutirem, se vocês não colaborarem, infelizmente, vou cancelar a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura de Projeto de Lei Complementar nº 013/18.

- O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** (Lido Projeto de Lei Complementar 013/18).
- O Senhor Presidente **Jalser Renier** Essa foi a Lei que foi enviada pelo Chefe do Executivo, que ainda não está pautada para votação, porque nós preferimos conversar com todos os representantes de sindicatos em uma Audiência Pública, para que esses sindicatos possam dizer o que querem diante de seus liderados.
- O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem Para facilitar, seria possível que a Casa mandasse xerocopiar para que os Deputados pudessem ler?
- O Senhor Presidente **Jalser Renier** Já está sendo providenciada a cópia integral para todos os Deputados. Lembrando a todos os Senhores Deputados e Presidentes dos Sindicatos que nada será votado nesta Casa se não tiver consenso de todos os senhores. Gostaria de consultar os Senhores Deputados, para saber se posso começar com os representantes dos Sindicatos? Todos estão de acordo? Então, a palavra vai ficar franqueada aos Presidentes dos Sindicatos. Convido o Senhor Genival



Mota, Presidente do SINTESCO. O tempo será de quatro minutos para cada um utilizar a palavra.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem - Gostaria que, quem for fazer uso da palavra, se identificasse com o nome e qual a categoria que representa.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Perfeitamente. Solicito a equipe técnica da Casa que conte o tempo na íntegra com relação ao que foi acordado com a Mesa. Com a palavra, Senhor Genival Mota.

O Senhor **Genival Mota**, Presidente do SINTEFISCO – Bom dia, sou Genival da Silva Mota, Presidente da SINTEFISCO – Técnico de Tributos do Estado de Roraima. Este momento por qual estamos passando é de muita dor, porque envolve familiares de grupos de servidores do Estado, e que hoje lamentamos, e que não adianta mais chorar tanto pelo leite derramado. Estamos aqui para manifestar o apoio ao Projeto de Lei Complementar que busca alternativa de saída dessa situação, que não era desejado por ninguém e que no tempo certo não foi evitado. O que quero deixar é a intenção do nosso grupo de apoiar o projeto de lei que visa esse empréstimo, com garantias, para o pagamento dos servidores dos meses de outubro, novembro e dezembro. Obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Passamos a palavra ao Senhor Luiz Carlos. Presidente do SINTIJUR.

O Senhor Luiz Carlos, Presidente do SINTIJUR - Bom dia a todos. Sou Luiz Cláudio, Presidente do SINTIJUR. Senhor Presidente, Jalser Renier, na pessoa que cumprimento os demais parlamentares aqui presentes, colegas servidores, provavelmente entre os presidentes de entidades que compõe esta Mesa. Nós somos um ponto fora da curva deste Estado, vivemos numa ilha no Poder Judiciário, meu salário está em dia. Está tudo bem pra mim, recebi o meu décimo terceiro hoie pela manhã e tenho certeza que essa não é a realidade da maioria dos senhores aqui. O que nós estamos vendo é a maioria de pais de famílias passando fome, passando necessidade, dependendo da contribuição de terceiros por conta da irresponsabilidade desse governo. Não estou aqui para buscar culpa, as causas dos problemas. Sabemos que houve omissão do Poder Legislativo e do Poder judiciário. Agora não podemos ser hipócritas suficientes para não entendermos a gravidade do problema e buscarmos uma solução. Quem tem fome, tem pressa, a solução é urgente, se tem outras soluções e outras saídas... Eu temo que tenha outras saídas, provavelmente, existem várias outras alternativas. Mas qual é alternativa mais célere para resolver este problema? A alternativa buscada hoje é a alternativa apresentada através de Projeto de Lei que foi apresentado ao Poder Legislativo e que está em discussão nessa Audiência Pública. Se a retirada de recursos do IPER, de recursos de investimentos do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, é a única alternativa diante da necessidade e da urgência que se apresenta, nós não poderíamos nos postar ao contrário. Nós, servidores do Poder Judiciário, diante da crise em que se encontra o estado, vamos nos irmanar aos demais colegas servidores que estão aqui representados e que estão com seus familiares passando necessidades com a sua categoria, há dois meses sem receber, já entrando para o terceiro mês. Somos solidariamente favoráveis a aprovação do projeto de Lei. Espero que todos os senhores compreendam nossa posição. Muito obrigado, estamos juntos nessa.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Com a palavra Melquisedeque, Presidente do SINDPRE.

O Senhor **Melquisedeque Meneses**, Presidente do SINDPRE - Bom dia a todos, estou Presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Roraima. Uma situação delicada no nosso estado. Vou ser bem breve e objetivo. Como representante da categoria da qual eu represento, muitas vezes realizamos várias assembleias para deliberar assuntos de interesse dos trabalhadores, porque esse é o nosso objetivo. Como servidor público, como guardião do nosso dinheiro através do Instituto de Previdência e em respeito à categoria da qual eu represento, o nosso posicionamento vem da base, vem de respeito a muitos servidores que representam, aqui, aproximadamente 60% (sessenta por cento) dos servidores da saúde. O nosso voto, como base, é contra esse projeto, da forma como ele está sendo proposto. Esse é o nosso posicionamento. Obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier -** Com a palavra o Senhor Claudionei Dimom, Presidente dos Técnicos Agrícolas.

O Senhor Claudionei Dimom, Presidente dos Técnicos Agrícolas — Bom dia a todos, me chamo Claudionei Dimom, Presidente do Sindicato dos técnicos Agrícolas. Represento uma categoria bastante pulverizada neste estado. Estamos em 100% desse recanto do estado de Roraima, trabalhando na assistência técnica, extensão rural, fiscalização, licenciamento ambiental, no Instituto de Terras, uma categoria bastante representativa no estado, praticamente unânime, não vou dizer que 100%, pois estamos com colegas em situações precárias no estado. Vale salientar que esta Casa, sem dúvida alguma, vai assumir sua meia culpa nesse

processo de caos que hoje nos encontramos. Mas como medida alternativa, eu acredito que se os três poderes tivessem a coragem de sentar e discutir com responsabilidade esse problema que nos encontramos hoje, poderíamos achar uma solução mais viável. O estado não suporta mais empréstimos. O estado não honra nem os empréstimos que já possui. Então, somos contra esse projeto. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Com a palavra, a Senhora Joana Dark, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários.

A Senhora Joana Dark, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários - Bom dia a todos. Eu sou Joana Dark, represento o Sindicato dos Agentes Penitenciário do Estado de Roraima. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Presidente Jalser, os Deputados aqui presentes, meus colegas Presidentes de Sindicados, na pessoa da colega Késia Mendonça, e todos os meus irmãos agentes penitenciários pelos quais eu luto e defendo todos os dias. O nosso posicionamento é favorável. Entendemos que fazer utilização dos rendimentos do IPER é, sem dúvida nenhuma, um remédio amargo, mas que deve ser tomado por todos nesse momento de crise, até porque quem tem fome, não espera. Tenho colegas passando necessidades todos os dias. Todos os dias eu recebo ligações de agentes penitenciários que não têm nem mesmo condições de chegar as suas unidades para exercer o plantão de 24h. Temos colegas com filhos pequenos que já não têm mais como prover o leite, as fraldas descartáveis, não têm nem mais a sua dignidade, porque o salário do AGEPEN era a única renda que tinha dentro de casa. Então, eu peço aos Senhores Deputados, à sociedade organizada, aos meus amigos presidentes, que votem favoráveis a esse projeto. Nós defendemos isso. São aproximadamente 30 (trinta) mil famílias no estado de Roraima que estão sem os seus salários, e eu não prevejo uma perspectiva de futuro de aposentadoria, quando não se tem o que comer hoje, gente. Como é que eu posso esperar me aposentar daqui 14, 15 anos, sem ter o que comer hoje?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Gente, só um minuto, por favor, é uma questão de educação vocês ouvirem a Presidente do Sindicato. Estamos tendo educação em ouvir todos os Presidentes de Sindicato. Se vocês não tiverem respeito em ouvir a senhora, realmente fica difícil para que a gente possa dar continuidade a esse trabalho. Joana, por favor, continue.

A Senhora **Joana Dark**, Presidente do Sindicato dos Agente Penitenciários, continua — Eu não vejo perspectiva de um futuro, de uma aposentadoria tranquila, quando não se tem o que comer hoje. E é isso que está acontecendo. É isso que eu vejo na casa dos companheiros. É isso que eu vejo em todos os servidores do estado de Roraima que estão sem os seus salários. Então, por esse motivo, o Sindicato dos Agentes Penitenciários é favorável e pede aos demais colegas que se posicione de forma favorável.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Com a palavra, o Senhor **Francisco Filgueira**, Presidente do SINTRAIMA.

O Senhor Francisco Filgueira, Presidente do SINTRAIMA - Senhor Presidente, gostaria de lhe dizer que eu votaria sim, se a Casa Legislativa, o Poder Judiciário, O Ministério Público, abrissem mão de parte do repasse do duodécimo para pagamento de salários. Essa é a solução. Se vocês não sabem, existe uma solução sem mexer no dinheiro do IPER. Pois se esses poderes, neste momento, abrissem mão de parte dos recursos que são destinados aos poderes, se eles pagassem os salários deles e deixassem o restante para pagar o salário de todos nós, não seria preciso mexer no dinheiro do IPER. Então, existe uma solução sim. Agora, estão aqui, colocando dois grupos, o sim e o não, para quê? Para conflitarem aqui e acabar com o nosso movimento. Para acabar com o movimento, que está acabando ou impedindo que se faça a cidade natal, a cantada de natal. Essa é a preocupação de todos, do Executivo e dos Poderes, fazer a festa de Natal. Agora, como é que se faz festa, Deputados? Você só vai fazer festa na sua casa, se você tiver condições. O nosso estado está falido e existem poderes fazendo festa. Ontem, na inauguração da casa da mulher brasileira, foi bonito. Mas lá foram colocados tudo de última hora, tudo maquiagem. Quero aqui mostrar uma indignação, que na inauguração da casa da Mulher Brasileira, nós tivemos uma servidora que foi simplesmente agredida, por quem? Por um Deputado. Né Deputado Gabriel Picanço? Então, aqui nesse momento, nós só diríamos sim, se os Poderes abrissem mão de parte dos repasses e todo mundo ficasse na mesma condição. Porque a fonte pagadora é a mesma. Os recursos são os mesmos. Os recursos são públicos. Então. eu acredito que todos os Poderes estão numa situação confortável, como o nosso colega acabou de dizer, ele já recebeu o décimo terceiro hoje. Parabéns! Mas os nossos servidores não. Então, coloquem todos na mesma condição, porque os Poderes não são de outro estado, são todos do estado de Roraima. Então, todos aqui têm a responsabilidade de respeitar o estado de Roraima. Então, não mexam no dinheiro do IPER, porque o Maranhão, a partir do ano que vem, não terá como pagar os seus aposentados, por causa de saques como esses. Alguns dizem que são só 180 milhões e que



vão voltar. Depois serão 400 milhões, um bilhão, e aí, como vai ficar a situação de cada servidor? A preocupação hoje, é a comida. Estão fazendo doação. É vergonhoso? É vergonhoso, mas é vergonhoso para todos os Deputados que aqui estão, porque não fizeram quase nada para resolver esse problema. Quando vocês tiveram a oportunidade de fazer alguma coisa, vocês se omitiram. Cadê o Ministério Público que não fez nada? Cadê o TCE que não fez nada? Então, como já falei aqui, todos os Deputados são culpados porque não fizeram nada em tempo hábil. São irresponsáveis. Se o governo estava fazendo roubos como estão falando, vocês não fizeram nada para fiscalizar. Então, vocês fizeram esses servidores aqui ficarem na miséria. Vocês deixaram os servidores ficarem à míngua. Então, "não" a esse projeto. Porque esse projeto é irresponsável. Hoje pode amenizar, mas amanhã vamos sentir, no momento de mais necessidade, as consequências do que vai ser feito hoje. Mas não vai ser feito porque a gente não vai deixar e acredito que os Poderes não vão deixar também.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Eu vou precisar contar com a educação dos senhores para continuar essa Audiência, eu preciso disso. Estamos deixando todo mundo falar dentro de um clima democrático e de respeito. Não adianta a gente contrapor e não adianta a gente entrar numa situação de constrangimento por parte das pessoas que estão aqui. Todos estão falando aquilo que pensam e nós estamos deixando. Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço - Gostaria de responder ao Presidente do Sindicato que eu nunca desafiei ninguém, eu nunca humilhei ninguém. Fui questionado na saída do evento, por que a gente não faz nada sobre o pagamento. Eu disse para aquela senhora que estava lá, gritando, fazendo desordem, que ela estava cobrando da pessoa errada, pois eu não sou governador. Quando o senhor me provar que Deputado manda em governador, eu aceito a crítica. Não vão cobrar uma coisa que não é minha não. Agora, o senhor sim, é responsável por isso aqui, porque quando a Dona Suely assumiu o governo, o senhor fazia piquete para o aumento do PCCR, mas não levaram para lá o impacto financeiro que isso iria dar. Todas as categorias foram assim, inclusive no enquadramento dos professores, e agora o caos chegou e querem arrumar um culpado. Queria que o senhor não falasse palavras levianas se não tiver certeza. Eu nunca levantei falso de ninguém e não preciso disso. Quero que o senhor me respeite, como eu respeito o senhor. Não sou qualquer um. Não tenho neste estado um processo, nenhuma demanda judicial. Eu tenho neste estado o maior respeito pela população. Mas com pessoas irresponsáveis que querem citar o meu nome, não tenho medo. Mas o estado está assim, porque vocês sim, são os culpados. Vocês faziam piquetes, manifestação para aprovação dos PCCRs e aí está o resultado. Assumam a responsabilidade, digam "nós todos somos responsáveis. Fizemos piquetes, paralisamos escolas para ter aumento". E o caos chegou. Assumam. Coloquem a cabeça de fora, tirem de dentro do saco e vamos nos unir para resolver o problema do estado de Roraima. Não culpem ninguém. Não culpem esta Casa. Quando vocês querem, vocês veem pedir de pires na mão. Vamos todos assumir a responsabilidade para que possamos resolver o problema do estado. Era isso, Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Com a palavra, o Senhor Jorge Teixeira, Presidente dos Auditores Ficais.

O Senhor **Jorge Teixeira**. Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais de Roraima - Gostaria de cumprimentar o Presidente da Assembleia, Deputado Jalser Renier, em nome de quem cumprimento todos os parlamentares desta Casa. Cumprimentar todos os colegas servidores e os demais aqui presentes. Inicialmente gostaria de dizer que fui convidado para fazer um discurso técnico em defesa do projeto de lei que deverá ser votado daqui a pouco. Mas diante da realidade cruel e desumana que está sendo imposta pelo governo, o apelo para emoção, ou melhor para comoção, fala mais alto. Parabéns aos Presidentes dos Sindicatos que são favoráveis a esse projeto. Projeto de Lei que autoriza a utilização dos recursos que são nossos, do Instituto de Previdência de Roraima - IPER. É importante que se diga que a iniciativa do projeto de lei, embora seja do Executivo, toma a chancela da maioria dos servidores públicos que hoje enfrentam sérias dificuldades para garantir o sustento básico de suas famílias. Respeitamos os colegas que pensam ao contrário. Porém, na democracia prevalece o interesse da maioria que decidiu a favor do projeto, visto que após várias análises detalhadas das contas públicas e nós da Secretaria da Fazenda, melhor que ninguém, temos o controle das receitas do estado. Fizemos a análise e chegamos a triste conclusão de que essa é a única alternativa, no momento, que socorrerá os que estão passando fome. Senhores, quem tem fome, tem pressa, os que se posicionaram a favor... merece destaque aqui o nosso amigo, presidente do SINTJUR, Luiz Cláudio, Sindicado dos Servidores do Poder Judiciário, pois numa atitude digna dos nobres, mesmo com o salário de sua categoria em dias, não só apoiou a nossa causa, como levantou a bandeira se posicionando nas redes sociais a favor da utilização dos recursos do IPER. Obrigado, meu amigo Luiz Cláudio. Sabemos que a batalha não acaba aqui, e não adianta procurar culpado no momento, devemos procurar solução e quem pode nos ajudar está tentando fazer a sua parte. O Poder Legislativo nos recebeu democraticamente nesta Casa para que decidamos conforme os representantes a favor ou contra esse projeto de lei. O Poder Judiciário, esteio de um estado democrático de direito, guardião da Justiça, tanto do ponto de vista legal e sobretudo do ponto de vista da Justiça Social, poderá ser provocado e, caso seja, temos a confiança de que irá decidir em favor dos servidores públicos, ou seja, autorizará a utilização dos recursos do IPER para pagar os salários atrasados. Pois, por trás da toga existe um pai de família que sabe o que é pagar conta no início de cada mês. Eu tenho certeza que sabe da situação calamitosa que estão passando, aqueles que não estão recebendo os seus proventos. Além disso, o Poder Judiciário, aplicador do bom direito, ao ter que decidir entre uma norma teoricamente ilegal e respeitar a dignidade da pessoa humana, que é um fundamento constitucional, acreditamos que irá prevalecer a dignidade, ora ameaçada. Entre decidir pela suposta ilegalidade da norma e matar a fome daqueles que vivem hoje esse drama... não resta dúvida de que garantir o pão de cada dia de milhares de famílias seja mais relevante. Portanto, clamamos. Não estamos pedindo, estamos clamando, para que todos, mas todos mesmo, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas, enfim, todos, que farão ou fazem parte desse processo, se sensibilizem com a nossa causa, que é uma causa de sobrevivência, causa da dignidade da pessoa humana. Gostaria de convidar aqui, agora, independentemente de bandeira, a favor ou contra a utilização dos recursos, todos os servidores presentes para após essa sessão, que a gente tenha coragem de ir para frente do Tribunal de Justiça e faça pacificamente uma manifestação, para mostrar ao Poder Judiciário a nossa triste realidade hoje. E, digo mais, se não tivermos nossos salários pagos até o dia 07, que é o último dia útil dessa semana que é na sexta-feira, na segunda-feira convido a todos os servidores para irmos ao posto de fiscalização do Jundiá e impedirmos que os carregamentos entrem no estado de Roraima, assim toda a sociedade sentirá na pele o desabastecimento que sofrerá o estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Com a palavra, a Senhora Késia Apem, Presidente do Sindicato APBM.

A Senhora Késia Apem, Presidente do Sindicato APBM -Bom dia a todos. Quero cumprimentar a todos os Deputados, na pessoa do Deputado Jalser Renier. Cumprimentar a todos os colegas do Sindicato, na pessoa do nosso amigo Joana, a todos os meus irmãos de farda aqui presentes. Quero dizer aos senhores, a fome só dói na barriga de quem sente e os militares estão sentindo drasticamente. Hoje o militar não tem a mínima condição de assumir as suas viaturas. Hoje o militar está sem condições de subir uma guarita, militar fazendo uso de medicação para amenizar o seu psicológico, porque hoje o militar não tem o mínimo que é prover o alimento nas mesas dos seus familiares. É um descaso muito grande. Hoje os familiares estão nas portas dos quartéis lutando, tentando vencer as barreiras que são muito grandes, porque nossas leis são rígidas. Mas o crime militar vai acontecer naturalmente, não é porque o militar não queira trabalhar, é que ele não tem psicológico para trabalhar. Como ele vai proteger a sociedade? Como ele vai gerenciar uma crise se ele não consegue sequer gerenciar a sua crise? Ele não consegue. Militares que não tem o mínimo, que é comprar uma botija de gás. Militares que estão com casas para protesto, carros para protesto e outros sendo leiloados. Nós já buscamos todas as formas de recursos judiciais e todos foram negados. E a única solução que nós dos sindicatos vimos foi a do IPER. Como é que eu vou pensar na minha aposentadoria que será daqui a 15 anos? Se a emergência é agora, se não sabemos se vamos sobreviver a essa crise, a esse caos. Se alguém tem alguma solução, traga a solução para resolver. Então nós, a Associação dos Policiais e Bombeiros e Militares de Roraima, somos a favor da retirada. Mas que seja uma retirada responsável, destinada única e exclusivamente para os funcionários efetivos, contribuintes. Então, meu voto é sim o voto dos militares é sim. Como que os militares irão gerenciar, como é que eles irão proteger vocês que estão aqui, se ele não tem o mínimo para gerenciar, vocês já pensaram nisso? Então pensem, analisem. Como é que vamos pensar no amanhã, se o caos está aqui, se a emergência é hoje? Então meu voto é sim. Obrigada aos colegas que votaram "sim", que foram verdadeiros e que fizeram a melhor escolha. E obrigada pela palavra. É sim.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Eu gostaria de registrar a presença do Gabinete Institucional do Governo Estadual, representado pelo Marcelo Lopes, que também terá direito a fala. Com a palavra o Capitão Overlan, presidente da Associação dos Oficiais.

O Capitão **Overlan Alves**, Presidente da Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros Militares de Roraima (ASSOPBM) – Bom dia. Minha profunda gratidão a Deus por esse momento. Agradecer ao Presidente da casa, Deputado Jalser Renier, em nome do qual cumprimento



a todos os parlamentares aqui presentes. Cumprimentar a plateia aqui presente em nome do meu amigo de turma Capitão Camilo. A Associação dos Oficiais do Estado de Roraima a qual eu sou presidente, estamos apoiando essa ideia, esse projeto, de fazer uso de parte desse recurso. Quero levar aos senhores que estão a favor e contra a seguinte reflexão: estamos na iminência de habitarmos nos próximos dias uma cidade fantasma, literalmente uma cidade fantasma, onde os senhores serão impossibilitados de sair de vossas casas, comerciantes sendo impossibilitados de abrir as portas de vossos comércios, vossos filhos impossibilitados de brincar nas praças públicas ou sequer andar nas ruas, porque a segurança pública estará comprometida. Não há uma situação emocional, psicológica para o policial militar, para o bombeiro militar em servir a sociedade, com o risco da própria vida, sem sequer guardar o risco da sua própria integridade. Para ter uma ideia, presidente e deputados aqui presentes, na segunda-feira passada, 15 policiais deixaram de cumprir uma missão no Jundiá, porque não havia condição financeira, emocional, para que estes policiais fossem cumprir essa missão. A preocupação era adquirir o rancho para que estes policiais fossem cumprir esse trabalho. Mas não se trata só do rancho do policial, trata-se da sua família que ficará aqui na cidade, seus filhos, suas esposas e seus maridos. Portanto, se não sairmos daqui com uma solução aceitável, favorável, para que essa crise venha ser sanada, preparem-se, senhores. Os que são favoráveis e os que são contra, preparem-se, pois nós iremos habitar em uma cidade fantasma. Eu estou confiante, acredito na sensibilidade dos parlamentares aqui presentes e acredito que essa situação será resolvida neste dia de hoje. Muito obrigada. Bom dia a todos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Convido, neste momento, a fazer o uso da palavra, o senhor José Roberto, representando o FENAFISCO.

O Senhor José Roberto, representando o FENAFISCO - Bom dia a todos. Gostaria de iniciar expressando meu respeito aos colegas que são contra. Eu tenho respeito pela posição de vocês, pois acho que isso é democracia. Gostaria de pontuar algumas questões aqui. Senhor presidente, este projeto deveria se chamar anti-fome, pois nós estamos diante de uma realidade. Eu poderia ficar o dia todo fazendo acusações, responsabilizando os poderes, mas eu pergunto: adiantaria algo para nós? Os culpados nós já sabemos, nós não precisamos nominá-los; nós vivenciamos isso no dia a dia. Também respeito a posição dos colegas que acham que nós podemos pedir aos poderes que abram mão dos seus duodécimos, respeito sua opinião, só digo a vocês que isso não vai acontecer, nós precisamos ser práticos, objetivos. A minha mãe me ensinou que o que não tem remédio, remediado está. E essa situação está estabelecida. Nós acabamos de ouvir o depoimento de um companheiro da PM, sobre a real situação da segurança neste Estado. Se isso não sensibiliza, então eu não sei mais o que nos sensibilizaria. Porque eu me preocupo em saber que eu não posso sair da minha casa, que eu não terei minha casa guarnecida. Nós estamos vivendo um momento de grande insegurança no estado. Se isso não sensibiliza, se a fome dita pela colega da PM não sensibiliza, se a fome não sensibiliza, então, honestamente, eu não sei o que nos sensibilizaria. Talvez saiamos daqui para invadirmos o TJ, invadirmos o Mistério Público, talvez. Porque solicitar, pedir para que abram mão do duodécimo, senhores, isso é uma quimera! Eu também gostaria, eu gostaria muito de pedir aos poderes que abrissem mão do duodécimo, mas sei que isso não é praticável. Se nós pudermos esperar até janeiro, fevereiro, sem salário, então vamos esperar. Cada um vai vender seu carro, seu celular, cada um vai fazer alguma coisa para não morrer de fome. Nós, como técnicos da Secretaria de Fazenda, acreditávamos nessa possibilidade até pouco tempo, senhor presidente, de que no dia 10 iria entrar recurso, que o Estado iria pagar. Todos aqui, com respeito aos senhores que estão se manifestando com gritos, todos aqui somos responsáveis. Aqui, entre nós sindicalistas, não existe ladrões. Então, vamos respeitar. Como nós ouvimos o companheiro Chicão, ouvimos e respeitamos o posicionamento do companheiro Chicão, mas entendemos que o momento é de gravidade extrema, o Estado passa por um momento de gravidade extrema. Eu não estaria aqui defendendo a utilização do recurso do meu instituto, ao qual eu vou me aposentar, já ano que vem, se Deus quiser, se não tivesse a convicção que só existe esse caminho no momento. À questão da responsabilidade, de quem quer que seja, será resolvida no futuro, pela polícia, Ministério Público ou pelo judiciário, não agora, aqui não nos cabe responsabilizar ninguém. Aqui nos cabe olhar o que está acontecendo. Nós estamos passando por uma situação de fome. Talvez os colegas que estão contra não estejam com esse problema ainda, mas eu tenho certeza absoluta que, quando esses salários forem depositados em vossas contas, eu tenho certeza que os companheiros irão pensar diferente. Então, assim, nós da federação nacional estamos para defender a aprovação desse projeto e tenho certeza que os deputados, como representantes do povo que são, irão anuir neste sentido. Muito obrigado, agradeço a todos e acho que a gente vai por esse caminho.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Pela ordem, o Senhor Francisco do SINTRAIMA.

O senhor **Francisco Figueira**, Presidente do SINTRAIMA – Só queria lembrar ao senhor presidente que o companheiro Zé Roberto é da federação, ele só foi ouvido para o posicionamento, mas não será voto certo!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Com a palavra o Senhor Nielson Paiva, Associação dos Servidores do Sistema Socioeducativo.

O Senhor Nielson Paiva. Associação dos Servidores do Sistema Socioeducativo - Bom dia a todos, servidores públicos do Estado de Roraima, aos deputados e às demais pessoas que estão presentes neste lugar. Primeiramente, eu queria colocar aqui que a condição de necessidade e de fome não é exclusiva dos policiais militares, mas de todos os servidores públicos do Estado de Roraima. Eu também queria salientar ao colega auditor fiscal que, se realmente fosse feito uma fiscalização incisiva nas contas do Estado, já teriam encontrado o rombo anteriormente e não teria chegado nessa situação caótica que nós estamos vivendo. As garantias apresentadas pelo Estado com esse projeto são muito inconsistentes. O que foi que aconteceu no governo anterior quando mais de 70 milhões foram surrupiados e investidos em fundos falidos? Esse dinheiro foi devolvido? Não foi. Agora nós estamos falando de uma quantia maior que será emprestada, depois de tantos empréstimos que o Estado de Roraima tem que não estão sendo honrados, repasses da previdência que não foram entregues ao Instituto de Previdência. Nós estamos pensando só em nós, mas existem outros servidores que são seletivados, existem servidores que são comissionados. Tudo bem, vamos ser pagos, vamos receber os nossos salários. E o resto do estado? Dane-se, o resto que passe fome, que fique à míngua. Porque está se discutindo o pagamento dos servidores efetivos. Nós ganhamos uma ação judicial agora sobre as progressões verticais dos servidores públicos. Vocês acham que a gente vai receber isso? Com esse empréstimo milionário que o Estado está pedindo? Não vamos receber. O deputado levantou a voz para dizer que nós fomos errados em lutar por um direito, que são as progressões que estão na lei que eles mesmo criaram. Ninguém está pedindo favor nesta Casa, nós estamos pedindo que se faça cumprir a lei. Os Agentes Penitenciários tiveram uma vitória muito grande. tiveram seu PCCR aprovado. Os Agentes Socioeducativos estão lutando até hoje, e outras categorias já conseguiram. E a gente vai conseguir ser pago? Não, gente. A reflexão que a gente está fazendo é totalmente inversa àquilo que se chama democracia. Nós estamos pensando em nós mesmos e esta Casa aqui simplesmente prevaricou do dever de fiscalizar o Estado. Quando o Deputado Jorge Everton apresentou um requerimento nesta Casa para que se fosse votada a cassação desse governo corrupto que está aí, os nobres deputados fizeram vistas grossas, deram as costas para o projeto e sequer colocaram em pauta para votar. Mas, gostaria de parabenizar, porque muitos votaram e sabemos que cinquenta, cem reais, de um voto comprado não vão comprar a consciência de um todo. Estamos à mercê de toda a sorte e a Assembleia Legislativa, Judiciário, Executivo estão rindo na cara dos servidores públicos. Era o que tinha a dizer.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** — Senhores, há uma senhora chamada Flávia, que representa as esposas dos militares, e ela pediu a palavra. Gostaria de saber dos presidentes dos Sindicatos se posso conceder a palavra a ela? Todos os presidentes aqui concordam? Aqueles que discordam, que se levantem. Ok. Podem chamar a assenhora Flávia.

A Senhora Flávia (esposa de militar) - Olá, gente, bom dia. Nós estamos há mais de trinta dias acampados em frente ao Palácio. Não temos opção. Nossos governantes não nos deram outra opção. A família Militar, Corpo de Bombeiros, Agente Carcerário, Polícia Civil não tem mais condição de tirar seus serviços na rua. Nossas famílias estão passando fome, o policial não tem condições de tirar seus serviços. Há policiais, hoje, indo para a rua fazer "bico" para ganhar cinquenta reais, gente. Nossa vida está um caos. A família do policial está desamparada. O meu esposo surta dentro de casa porque não consegue pagar suas contas. Isso aqui é por nossas famílias, as quais aqui represento, as famílias dos militares, dos bombeiros, dos agentes e dos servidores, pois é muito fácil você votar contra, sendo que você está com seus salários em dia. É fácil você falar da dor do seu amigo sem senti-la. O Corpo de Bombeiros, assim como o policial militar, está vivendo de doações. Isso é o cúmulo do absurdo. A Polícia Militar não tem condições de estar nas ruas fazendo segurança. Vocês que são contra também estão acampados junto com a gente, também pedindo uma cesta básica. É assim que vocês estão. Quando um policial militar vai lá fazer uma doação, vocês também estão lá querendo ela. É muito fácil você chegar lá, meter a mão e dizer que não quer que mexa no dinheiro do IPER. É muito fácil, sendo que vocês só se posicionaram agora. Apenas três, quatro pessoas ficam na reunião de vocês, mas na hora de decidir vem um monte para cá? Estou representando as nossas famílias e é sim ao dinheiro do IPER.



O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Bom, então, se eu abri exceção para uma pessoa, vou abrir para você falar também, você que está com o cartaz, vem aqui, vem falar. (Gritos nas galerias). Calma, gente, não vamos criticar as pessoas.

A Senhora **Cíntia de Castro**, Agente Socioeducativa – Bom dia. Sou contra a retirada do dinheiro do IPER. Isso aí é uma irregularidade onde... por que a Assembleia e o Judiciário não abrem mão do repasse, do resíduo do duodécimo? Pergunto a eles. Não, não e não. Outra coisa, estamos há trinta dias naquela tenda, não apenas mulheres de policiais e nem bombeiros, somos todos os funcionários públicos e efetivos do estado. Então, não venham aqui dizer que lá só temos dois, três não, porque, quando vocês querem que sejamos bucha de canhão, vocês chamam a gente. Estão entendendo? Somos não ao IPER. Outra coisa, ela não é funcionária pública, então ela não tem direito a voto, já nós somos funcionários públicos e somos contra o IPER.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Cíntia... (gritos nas galerias) ... Calma, aí, gente. Por favor, não vamos vaiar ninguém. Cíntia, agora que eu cedi a palavra para você, você vai ter um pouquinho mais de calma, né? Tá bom. Se ac*almem*. Com a palavra, o senhor Marcelo Lopes, Gabinete Institucional do Estado.

O Senhor Marcelo Lopes, Gabinete Institucional do Estado Bom dia, senhor presidente, deputados, presidentes de sindicatos, servidores estaduais, imprensa, sociedade, que hoje está aqui interessada no assunto em pauta. De verdade, é muito triste o que vemos aqui, sobremaneira neste Plenário, que é a desunião dos servidores públicos. Devemos, neste momento, buscar na união a alternativa para a solução desse problema. É importante dizermos, deputados e servidores, porque a situação chegou ao patamar dos dias de hoje. Nem todas as pessoas compreendem o que aconteceu. Hoje, o Governo do Estado, na pessoa da Governadora, acerca de seis meses, vem tentando abrir diálogo com os presidentes dos Poderes, com o Presidente da Assembleia, Deputado Jalser Renier; com a Presidente do TJ, Desembargadora Elaine Bianchi e com os demais poderes, Ministério Público, Tribunal de Contas, Defensoria Pública e Ministério Público de Contas, várias alternativas foram colocadas à mesa, as contas do governo a quem tem condição técnica, foram expostas, foi colocada, discutida. Uma lei já foi aprovada nesta Casa e, por razão da total incompatibilidade dela com a realidade em que se vivia no momento, a mesma foi revogada. A Governadora continuou tentando discutir com os chefes dos poderes uma forma de discutir o problema do pagamento dos salários, sem êxito até agora. Uma das maneiras para que se possa discutir isso com os chefes dos poderes, é através de um projeto de lei. É importante que todos saibam que, independente do que acontecer aqui hoje, os recursos do IPER estão bloqueados pelo Judiciário e pelo Tribunal de Contas. Não será uma missão fácil resolver o problema que a gente está passando. A solução do problema vai passar pela união de todos para conseguirmos não só resolver o problema dos salários, mas se discutir o problema do Estado de Roraima. Para vocês entenderem de uma forma bem simples, hoie, todos os meses, o governo do Estado tem uma arrecadação própria, assim como transferências da União e, delas, são descontados os recursos da saúde e da educação. Por essa razão, essas categorias estão com salários em dia. Depois desse desconto, é paga a dívida de empréstimos feitos ao longo dos anos, feitos na fonte. Após isso, são deduzidos os valores dos duodécimos dos poderes que, diferente do que se discute aqui, de resíduo ou não, o que aconteceu no final desse governo é que, na aprovação do orçamento deste ano, ainda no ano passado, foi vetado o aumento dos duodécimos dos poderes e os poderes derrubaram o veto nesta Casa e buscaram na justiça o direito de receber, porque o governo ingressou com o pedido para que não fosse repassado. Em agosto, os Poderes conseguiram e aí o Governo não tem outra alternativa a não ser repassar a diferença de janeiro deste ano até hoje, de todos os duodécimos dos poderes e, com isso, diminuiu ainda mais o caixa do Governo. Após isso, restou pagar a Folha de Pagamento. Dessa conta, desse resultado primário que a gente chama, sobra para o governo cerca de trinta e dois milhões de reais todos os meses e a folha principal, bruta, do governo, é de cerca de cinquenta milhões de reais, exceto Saúde e Educação. Isso não está acontecendo em setembro, outubro ou novembro, isso vem acontecendo há alguns meses, próximo ao início deste ano, razões pela qual o governo, se desmembrando, fazendo o que pode, retirou recursos inicialmente de várias outras despesas para manter a folha de pagamento paga e conseguiu fazer isso até o mês de agosto, período, inclusive, das eleições, como está sendo citado no plenário. Se a governadora quisesse e pudesse, teria pago o salário dos servidores. Está além da vontade da governadora, dos servidores e de qualquer um dos deputados, individualmente. Hoje, precisamos discutir o Estado de Roraima com os chefes dos Poderes. Por quê? Porque em janeiro a receita do Governo de Roraima será a mesma, senão menos, porque em dezembro não irá arrecadar, de ICMS e IPVA, o que se espera, em função de não haver recurso na economia local, em função de não ter fiscalização para fazer com que a mercadoria entre no estado e sejam pagos os impostos que custearão as despesas do Estado.

Mas, para concluir o que eu quero dizer, em janeiro, a receita deverá ser a mesma ou um pouco menor, mas a folha de pagamento será igual. Os recursos da saúde e educação também. O empréstimo pago ao BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, também serão os mesmos, os duodécimos dos poderes, se aprovada a Lei Orçamentária ainda este ano, deverá sofrer a correção da inflação; do contrário, ainda será o mesmo valor, sem o veto que foi proposto pelo Executivo. Ou seja, o próximo governador eleito, em janeiro, terá uma folha de 50 milhões para pagar com uma receita restante entre 35, 40 milhões. O problema irá se perdurar no próximo mandato. Nós estamos falando de uma questão que foi gerada ao longo dos anos. Aí, quando falei da união dos senhores, é porque eu falei que, ao longo dos anos, a maior quantidade de benefício em PCCRs aos trabalhadores do Estado foram concedidas, não foi há 10 anos, foi nos últimos anos que a maioria das categorias receberam os beneficios do Plano de Carreira e Remuneração, reajustes salariais. Mas sabemos que ainda falta categorias, sabemos que ainda há professores que não receberam seus benefícios, sabemos que ainda não atingimos os 100%, mas a grande maioria dos trabalhadores se uniram, pressionaram o Executivo, que cedeu e elaborou uma lei, enviou para cá, pressionou esta Casa e esta Casa cedeu e aprovou o Plano de vocês. Hoje, a conta não fecha, e o problema é da sociedade, é de todos nós. Aí, quero pedir licença e falar um pouquinho da Lei, que chamamos lei do IPER, mas ela é muito mais que isso, porque o remédio para essa questão é amargo, não é doce não, mas a gente precisa entender o que o Executivo está propondo nesta Lei, na lei que os deputados pretendem votar aqui hoje e que não resolve o problema. Depois desta lei votada, caso ela seja aprovada, os chefes dos Poderes terão que se entender com o Ministério Público, terão que discutir com a presidência do Tribunal de Contas, porque não é o aprovar essa lei que vai ser resolvido o problema do Estado, dos atrasados. Aí, quando falei de união, falei disso. Quando vocês se uniram pela aprovação do PCCR de todas as categorias. Vamos garantir que a gente possa, unidos, discutir, de uma forma racional, uma maneira de pagar o salário dos servidores. Queria explicar, de uma forma bem simples, do que fala esse projeto de lei. Esse projeto tem seis artigos que tratam de parcelamento e reparcelamento de uma dívida que o governo tem com o IPER. Parcelas de um parcelamento já realizado e não cumprido, no exercício de 2018, o reparcelamento delas, o parcelamento das verbas do IPER desse exercício, de todas as folhas de 2018 que também não foram pagas. Por quê? Porque o Executivo só conseguiu pagar o líquido da folha, não conseguiu, em nenhum momento, cumprir outras despesas inerentes à folha, como consignados de bancos, como o IPER, como sindicatos, que estão todos sem receber suas mensalidades, porque a única coisa que foi paga foi o líquido da folha. Então, essa lei propõe, nos seus seis primeiros artigos, o parcelamento e o reparcelamento, dando como garantia a mesma garantia do parcelamento do INSS, que é o FPE. Por que estamos tratando dessa maneira? Porque, se perguntarem se o INSS está em dia, responderemos que sim, só não está em dia o INSS da Folha que ainda não foi processada. Por quê? Porque a garantia que foi dada ao INSS para garantir isso, foi o FPE. A proposta dessa lei é que esse parcelamento e reparcelamento do IPER seja dada como garantia. |O FPE para garantir que o IPER tenha o seu recurso, assim como o INSS tem. Esse é um item do projeto de lei. Essa lei cria um capítulo na Lei nº 54, do IPER, das Disposições Transitórias, que é aquilo que estamos vivendo neste momento. Nesse capítulo, se cria um amparo chamado amparo ao segurado ativo em situação de risco alimentar e social. Nós estamos falando dos trabalhadores segurados do IPER, servidor estatutário do governo que está em situação de risco alimentar e social, em função da crise institucional que a gente está vivendo. Esse amparo fica limitado aos valores brutos da folha de outubro, novembro, dezembro e segunda parcela do 13º salário, que juntas somam R\$ 150 milhões de reais, valor próximo de 5% do que existe no IPER hoje. Em outro artigo, o governo oferece como garantia, como forma de pagamento do IPER, o aumento da parcela da contribuição patronal do governo para o Instituto de Previdência. O que isso significa? Significa que vai aumentar de 14% para 18,5% de contribuição do IPER, da parte patronal do Governo do Estado, até que se recomponha os R\$ 150 milhões, corrigidos monetariamente, remunerados nos mesmos indicadores do Fundo de Investimento que está remunerando o IPER hoje, no mesmo lugar. Se for autorizado retirar os R\$ 150 milhões, lá tem um percentual de um fundo de investimento que remunera o Instituto, da mesma maneira será remunerado através do aumento dessa contribuição patronal, em 4,5%. O governo ainda oferece o FPE para esses 4,5%, para que jamais seja deixado de pagar o valor que foi utilizado para esse amparo ao servidor que hoje se encontra em risco. Qual a diferença de fazer uma parcela e aumentar a alíquota patronal? Aumentando a alíquota patronal, o que esses deputados



decidirem e o que o governo está propondo, não gera parcela para o governo seguinte, por que como existe um limite da Lei de Responsabilidade Fiscal com pessoal, na medida em que eu aumento a patronal eu tenho que ajustar a folha de pagamento. Isso já foi discutido com o governador eleito e sua equipe, que se demonstraram favoráveis à situação, até porque as contas já estão sendo abertas para a equipe de transição. Eu repito que não vai mudar o cenário de dezembro para janeiro ou fevereiro. O próximo governador terá que conseguir negociar com os chefes dos poderes, reparcelar o financiamento descontado do BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil; terá que aumentar a quantidade de parcelas do INSS; terá que melhorar a arrecadação. Quer dizer, há um desafio gigante para a próxima gestão, mas que não se resolverá em três ou quatro meses, é trabalho para 18 ou 24 meses. E até lá? De que maneira se resolve o problema do trabalhador, desses servidores, sem diminuir seus beneficios, sem lhes tirar os direitos adquiridos, sem mexer no salário, mantendo a sociedade atendida pela Polícia Civil, pela Polícia Militar e por todos os serviços como a Educação e Saúde estão fazendo, mantendo uma condição mínima do nosso estado viver de uma forma digna e justa. Como todos os que estão conseguindo viver, precisamos manter essa condição para os trabalhadores que estão sem salários. E aí eu vou além, vou falar sobre o que a governadora está passando. Ela não administra mais a Fazenda Estadual, hoje, quem administra a Fazenda Estadual é o Poder Judiciário, porque a quantidade de bloqueios é maior que a quantidade de recursos. Vou dar um exemplo para vocês. O Dia 10 se aproxima e há uma expectativa que alguns servidores serão pagos. Há uma disputa, inclusive entre os sindicatos, de também conseguir bloqueios para suas categorias. Os poderes estão fazendo isso, o Tribunal de Justiça, até cautelarmente, está fazendo os bloqueios. Ontem, com todo respeito, caiu na relação, por exemplo, vou falar em nome do deputado Jorge Everton, grande amigo, a Polícia Civil conseguiu registrar um bloqueio nas contas do governo. Mas, ainda, com todo o respeito à Polícia Civil, nem a Polícia Civil, nem a Militar e nenhum servidor administrativo é melhor que o outro, nem mais importante que o outro, todos têm sua importância. Mas, agora, dia 10, a Polícia Civil vai receber seu salário, em detrimento das outras categorias que não conseguiram junto ao judiciário bloquear da mesma maneira. Então, hoje não há forma justa de fazer isso sem um recurso para efetivar o pagamento. Então, a proposta é o IPER, assegurada a recuperação desse dinheiro, dado como garantia o FPE que mantêm tanto a dívida quanto o INSS em dia, porque é o único lugar que se tem a garantia de que vai funcionar e o trabalhador receber diretamente na sua conta, através do IPER. Esse recurso não sofrerá bloqueio do Judiciário, esse recurso não passará pelas contas do governo, esse recurso sairá do fundo do IPER direto para a conta do segurado do próprio instituto, fazendo com que o governo consiga pagar o temporário, comissionado, pagar as demais despesas que não fazem parte desse complexo, de uma parcela muito menor dos recursos. Eu me alonguei, gente, mas foi preciso, para esclarecer. Nós estamos em meados das festas, do Natal, do Ano Novo, do recesso de muitas categorias, das férias coletivas de muitos e, por isso, pensem, cada um daqueles que tiver o beneficio desse gozo, quantos servidores... Hoje aqui tem cerca de 4% dos servidores desse Estado, a menor parte terá assegurado seus salários. Se não conseguirmos chegar a um entendimento, a maior parte ficará sem Natal, sem Ano Novo, sem recesso e sem férias. E digo mais, a próxima gestão não terá os recursos necessários, porque a nossa economia se faz daquilo que é o produto da arrecadação do Estado e, sem esses servidores, essa arrecadação não acontecerá; sem esse dinheiro na economia, a sociedade não conseguirá comprar aquilo que os nossos comerciantes e empresários prepararam para o final do ano. Então, a decisão aqui, ela vai muito além do IPER, ela vai muito além de estar do lado A ou B. Portanto, tenham certeza que esse recurso não será utilizado para nada que não seja o pagamento do servidor estatutário

E, para concluir, queria falar bem rápido sobre o modelo do Instituto de Previdência hoje. Muitos acreditam que estão contribuindo para vocês mesmos, e não é assim. Nós estamos em um modelo de regime de previdência onde isso não é verdade. Nós somos um Estado novo, com regime ainda em formação, com um cálculo atuarial com cerca de 26 anos hoje. Essa é a realidade. Os Estados mais velhos do Brasil vivem uma realidade completamente diferente da nossa. Mas, hoje, os atuais aposentados que contribuíram para outros institutos, que não contribuíram tempo suficiente, são pagos pelo dinheiro que vocês contribuem e quando vocês se aposentarem, não são esses recursos que pagarão a aposentadoria de vocês, é o recurso dos servidores da época que vocês se aposentarem. É assim que funciona a previdência. Um cálculo atuarial de trinta anos é um fundo de reserva e, hoje, da forma que está sendo proposto, é uma forma que vai garantir o bem-estar do trabalhador, o equilíbrio da sociedade, a transição de governo, a recuperação do Instituto nos mesmos índices em que hoje o recurso está. Nós não podemos deixar nem a falta de entendimento, nem a vaidade, nem posição política, nem situação, nem crítica ao colega do sindicato que fala algo que a gente não quer entender, possa fazer com que a gente lute um contra o outro. Essa briga não é de servidor contra servidor, nós estamos aqui para garantir o pagamento dos salários de todos que não conseguem recebê-lo, para terem um final de ano digno, como a maioria da sociedade. Agradeço a paciência de todos, o entendimento de vocês, peço desculpas se não falei tudo o que vocês gostariam de ouvir, mas essa é a proposta do Governo do Estado. Obrigado, Presidente Chagas, obrigado deputados e sindicatos pela paciência e por ter permitido esta explanação

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Agradecemos ao Senhor Secretário Marcelo Lopes, que fez uma exposição bem detalhada e bastante esclarecedora da situação, para formar a convicção de todos os deputados. Vamos abrir agora a palavra para a participação dos senhores deputados. Com a palavra, o Senhor Deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado Jorge Everton - Senhor Presidente, quero cumprimentar todos os servidores que se fazem presentes neste momento democrático de discussão, que mexe com a vida de todos. Quero cumprimentar os presidentes de sindicatos em nome do Claudinei e as presidentes em nome da Joana. Respeito a opinião de todos, todos que são a favor e todos que são contra, mas me permita, Presidente, começar falando e parabenizando a atuação da Polícia Federal no estado de Roraima. Finalmente, tudo o que eu lutei durante esses quatro anos está sendo consolidado com a operação "escuridão", fazendo com que a gente possa ter um futuro que nos mostre que a sensação de impunidade não existe. É isso que a gente espera. Quando fui relator da CPI do sistema prisional, identifiquei um desvio de mais de R\$ 20 milhões de reais na época. Já se passou dois anos e meio e a Polícia Federal está falando em mais de R\$ 70 milhões. Se a gente tivesse estancado essa sangria no momento em que eu pedi o impeachment da governadora, os servidores não estariam pagando esse preço. Esse preço é muito alto e colocaram servidores contra servidores. Fizeram com que os servidores, no sofrimento de não ter o seu salário pago em dia, acreditem que a solução vai ser meter a mão no dinheiro do IPER. Esse dinheiro é dos nossos aposentados, não podemos aceitar que um governo corrupto, que roubou o Estado de forma descarada, venha agora dizer que a solução é pegar o dinheiro do IPER. Fui contra, sou contra e serei contra. Independente do governo que estiver aí. No segundo turno, apoiei o governo de Antônio Denarium, mas, se ele for a favor, eu sou contra. Nós não podemos brincar com a vida dos nossos servidores. Vou citar aqui somente algumas ações. O sistema prisional deu um desfalque de mais de R\$ 70 milhões. Eu denunciei aqui o desvio de recursos públicos para pintar muros de escolas por R\$ 60 milhões, duas empresas de Manaus; eu denunciei aqui a falta de pagamento do transporte escolar, e o dinheiro foi desviado. Em 2015, eu protocolei um pedido de CPI na educação, não houve; não foi dado. Temos aqui aluguéis de aeronaves. Esses recursos poderiam ter sido utilizados para o pagamento dos servidores. Secretarias extraordinárias, ou vocês esqueceram também da mansão do Lago Sul que foi alugada para a filha da governadora? Tudo isso eu trouxe aqui para este plenário e não posso aceitar que os nossos servidores fiquem sem o seu salário. E, além do mais, o secretário Marcelo Lopes falou muito bem aqui, fez um raio-x da situação, isso aqui não vai resolver o problema. O que vai resolver o problema do nosso Estado é acabar com a corrupção que está enfronhada, é isso que temos que fazer. Olha só, de salários, esse projeto pretende pagar aproximadamente R\$ 180 milhões. Resolve o problema dos nossos servidores no momento. Mas o artigo primeiro tem algo escondido aqui, que não foi dito. Isso aqui também autoriza que a governadora parcele os mais de R\$ 600 milhões que ela deixou de passar para o IPER em 2017 e 2018. A realidade tem que ser dita, esse artigo primeiro já começa sendo inconstitucional. Porque o Ministério da Fazenda, na Portaria 333/17, não permite parcelamento superior a 200 parcelas. Nós falamos aqui em 250, então, o projeto já começa errado. Essa cortina de fumaça que estão fazendo com vocês, de mandar um Projeto de Lei dizendo que vai resolver o problema de vocês, não vai passar pelo judiciário, o próprio Ministério Público está atento a esta ilegalidade. Isso tudo é só para enganar vocês. Não adianta, estamos discutindo um projeto que, por si só, é inconstitucional, que, por si só, será barrado no Judiciário. Nós temos outra afronta à Constituição no artigo 8º, que cria um instituto de benefício previdenciário diverso do RGPS, o que não é permitido, pois a Lei 9.717, no seu artigo 5º, proíbe. Vamos procurar uma solução viável. Vamos sentar com os poderes e definir que os recursos dos duodécimos serão exclusivamente para pagar salários, sem pagar fornecedor. Vamos parar de pagar fornecedor, vamos enxugar a folha de cargos comissionados, que é de, aproximadamente, 7 mil servidores. Vamos tratar o nosso Estado com respeito, extinguindo secretarias extraordinárias que só servem de cabide de emprego para secretários e aliados políticos. Nós precisamos de uma solução que traga dignidade para os nossos servidores e, acima de



tudo, que a gente possa regularizar, porque esse foi o primeiro governo da história de Roraima que fez isso com vocês. Nós não podemos aceitar. Eu respeito a opinião de todos, mas sou contra e serei contra esta Lei.

Ao mesmo tempo, presidente, quero parabenizar esta Casa por abrir esta discussão, por trazer à tona esse problema, mas peço que a gente analise com calma, que tenhamos tempo para pensar em um projeto diferente, para saber o que os poderes sentem, para quando os sindicatos se reunirem, que se reúnam com todos os deputados, que não aprovem de forma empírica, que não aprovem no calor da emoção, que não utilizem o desespero de pais e mães de família que estão sem salário. Vamos discutir sim uma solução, mas vamos atrás do dinheiro que foi desviado por esse governo corrupto que está aí. Vamos recuperar esse dinheiro e vamos devolvê-lo ao Estado. Aí, sim, iremos fazer justiça não só com os servidores, mas com toda a população. Meu muito obrigado e boa tarde.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Com a palavra, o eminente Deputado Soldado Sampaio.

eminente Deputado Soldado Sampaio. O Senhor Deputado Soldado Sampaio - Bom dia a todos e a todas. Eu quero cumprimentar o senhor Presidente desta Casa, que está conduzindo os trabalhos desta Mesa, o Deputado Coronel Chagas. Cumprimentar os demais deputados aqui presentes. Cumprimentar, em nome da Kesia, todas as lideranças sindicais aqui presentes. Cumprimentar os demais servidores que participam desta discussão e, de antemão, parabenizar a Assembleia, que está fazendo exatamente o seu papel, que é discutir, com todos que têm interesse, esse projeto de lei que ora protocolado pela Chefe do Executivo. Esse projeto de lei, senhor Presidente, já é de meu conhecimento; aliás, já fiz várias reuniões com as lideranças sindicais em outros momentos e é de conhecimento de boa parte dos senhores a minha relação com os servidores públicos. Eu fui eleito em 2010 e reeleito em 2014 numa base sólida de servidores públicos e, desde o primeiro mandato, detenho nesta Casa, tive a preocupação de acompanhar a situação previdenciária dos servidores por ter consagrado o direito à aposentadoria. Fui, nesses dois mandatos, autor, juntamente com os deputados Flamarion, Brito Bezerra e muitos outros, de proposições que vieram consolidar e dar transparência ao nosso tipo de previdência quando propomos a criação do CEPI e que fosse formado por servidores efetivos, pois, até então, no governo anterior, eram simplesmente servidores comissionados; agora são servidores da Assembleia, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público. E também não foi diferente a nossa proposição quando criamos a CONIVEST, para que fosse um conselho formado por servidores efetivos, com formação técnica de fato para deliberar e cuidar dos recursos da previdência. Votei contra, me posicionei contra, quando fizeram aplicação em fundos podres, levei ao conhecimento da justiça, do Ministério Público, na época em que tiraram o dinheiro da Caixa Econômica e do Banco do Brasil para aplicar em fundo podre. Fizemos uma discussão aqui. Deputado Jorge Everton, dando sequência a essa linha, quando foi criada, nesta Casa, a Comissão Permanente da Previdência, na qual, senhor Presidente, eu fiz várias audiências públicas com os sindicatos para tratar da questão previdenciária. Então, eu respeito que tenham consagrado o dinheiro da previdência. Agora, senhoras e senhores, eu venho acompanhando, em especial quando assumi a relatoria do orçamento do próximo ano, Deputado Xingú. E a gente sabe fazer a interpretação da real situação econômica em que o estado se encontra e esta Casa tem parcela, como foi falado aqui por algumas lideranças, temos a nossa parcela de culpa, assim também como tem parcela de culpa o Executivo por não fazer uma simples tabela de receitas e despesas. Foi cedendo às pressões dos Poderes, que tiveram seu orçamento aumentado além do crescimento do orçamento do Estado, isso é fato, isso inclui a nossa Casa, a Assembleia, que, em momento algum, nós quisemos discutir; em momento algum, houve, de fato, uma discussão, porque, até então, estava dando para atender todo mundo. Eu recentemente tive visita da Presidente do Tribunal de Justiça, da Doutora Elaine Bianchi; tive também a visita da Procuradora Geral, Doutora Elba. Estive conversando com o Presidente Jalser. É preciso um grande movimento e entendimento dos Poderes para enfrentar essa situação, mas, pelo contrário, a proposta orçamentária está aí e já compromete o orçamento do ano que vem, em especial porque os Poderes não sinalizam, Marcelo Lopes, não sinalizam discutir a redução no seu orçamento, pelo contrário. Eu estou encaminhando, Deputado Chagas, um oficio à Comissão de Orçamento pedindo suplemento no seu orçamento, e aí a gente vê, às vezes, um posicionamento do Ministério Público, da Justiça, dizendo que não pode concordar, mas a gente não tem nenhum desembargador, procurador, passando necessidades, não tem nenhum deputado com salários atrasados; quem está com salários atrasados não são os senhores. É muito fácil deixar o pequeno desprotegido, desamparado. Eu desafio qualquer desembargador, procurador, deputado, ficar 60 dias sem receber salário. Não fica, pois tem legislado em causa própria. O Judiciário está bloqueando, de maneira antecipada, por cautelar, o seu duodécimo e não será diferente. O repasse do dia 10 já está comprometido, do dia 20 já está comprometido e nós corremos o grande risco de passar o final de ano com três meses de salários atrasados ou dois meses. O próximo governador não terá varinha de condão para resolver isso, ou ele paga o pessoal em janeiro e negocia a perder de vista de outubro, novembro e dezembro no decorrer do ano porque não haverá nenhuma receita extra.

Então, senhoras e senhores, eu entendo como sagrado. Procurei conversar com os Poderes, com esta Casa, com o Executivo, e construir a melhor redação possível, que dê essa garantia do retorno a esse dinheiro do IPER. Diante disso e por entender, que atendendo o princípio de direito ao alimento, nós podemos nos furtar dessa discussão, entendo e compreendo o Deputado Jorge Everton, que temos que fazer sim, essa discussão, dando as garantias necessárias, até lá o FPE dá contra garantia, se for o caso, para alocar outras garantias que o governo possa oferecer e que esse dinheiro saia de uma conta específica do IPER para uma conta salário, de fato; que pague apenas seu segurado. O que a gente pode construir nesse momento é dar dignidade a esses servidores, garantindo os seus salários e aí, depois disso, senhoras e senhores, sindicatos, não fujam da discussão, porque, se nós fugirmos da discussão, nós corremos um sério risco de, ano que vem, estarmos com essa mesma discussão. Vamos discutir o orçamento, vamos chamar os Poderes para a discussão, para saber o que é possível fazer na peça orçamentária, para não repetir esse erro. Esse é o nosso papel e eu, como relator do orcamento, tenho me colocado à disposição para fazer a discussão, se necessária. Não vamos resolver no momento, mas se preocupando com o futuro, colocando na peca orcamentária a devolução desse dinheiro, a garantia do pagamento dos servidores para os próximos anos. Essa é a minha contribuição, então, me desculpem aqueles que não entendem, mas eu voto favorável ao projeto, mesmo sendo consagrado com o dinheiro do IPER. Obrigado, senhores.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Convido agora a fazer uso da palavra o Deputado George Melo.

O Senhor Deputado George Melo – Senhor Presidente, senhores deputados, senhores presidentes dos sindicatos, servidores desta Casa. Eu tenho uma opinião muito clara a respeito disso e, ouvindo os colegas, quero dizer aos senhores que, ao longo da minha estada aqui nesta Casa, eu ouvi alguém dizer o seguinte: o plano de cargos e salários estourou o orçamento. Não foi o plano de cargos e carreira dos servidores, que é um direito de todos os servidores. Sabe o que foi que acabou com o orçamento do Estado? Procurador ganhar salário de Ministro, Policial Civil ganhar salário de Ministro, Defensor ganhar salário de Juiz. Isso sim foi o que atrapalhou... pedir para que não se pague empresa até que se pague os servidores e que os servidores sejam prioridades. Se o governo fizer isso, está tudo resolvido. O que não pode é esse governo pegar o dinheiro dos servidores e pagar as empresas que são de interesse deles. E não adianta que daqui uns dias a Polícia Federal vai tomar. Eu, sinceramente, não posso aceitar que o nosso governo tenha esse final, é uma vergonha, infelizmente. Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais nenhum Deputado que queira se manifestar, acredito que todos os representantes dos sindicatos dos servidores se fizeram ouvir, manifestaram suas opiniões; os Deputados que quiseram participar do debate também assim o fizeram. Alcançada a finalidade da Audiência Pública, retornamos os trabalhos na fase da Ordem do Dia. Temos 10 matérias e existem matérias que estão trancando a pauta e precisam ser deliberadas pela Comissão de Constituição e Justiça, razão pela qual vamos suspender a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final possa emitir parecer às matérias pendentes de análise.

(Após o tempo necessário).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** — Dou por reaberta a Sessão. Informo aos senhores Deputados que, por falta de quórum regimental, a pauta da Ordem do Dia foi transferida para a próxima Sessão. Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que queira usar de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, às doze horas e vinte e oito minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 5 de dezembro, à hora regimental.

Registraram presença no painel, os Senhores Deputados: Angela A. Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Zé Galeto e Zé Reinaldo.



SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 0015/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e

suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CHARLES DE OLIVEIRA PARENTE,

CPF: 745.835.812-20, no Cargo Comissionado de Pregoeiro CA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

Boa vista - RR, 8 de janeiro de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA Superintendente de Gestão de Pessoas Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO N° 0016/2019-SGP A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução n° 389/2016-MD e

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DIANA LOPES DA SILVA, CPF: 344.728.353-

04, no Cargo Comissionado de Equipe de Apoio CA-7, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019. Boa vista - RR, 8 de janeiro de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA Superintendente de Gestão de Pessoas Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO N° 0017/2019-SGP A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LEONEL DA SILVA FERREIRA, CPF:

006.887.232-17, no Cargo Comissionado de Equipe de Apoio CA-7, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019. Boa vista - RR, 8 de janeiro de 2019.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA Superintendente de Gestão de Pessoas

